
Artigo de Pesquisa

Gênero e ideologia no discurso de mulheres das classes médias sobre trabalho

Giulia Brandão Corrêa¹, Rafael De Tilio²

¹ <https://orcid.org/0000-0001-7910-052X/> Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

² <https://orcid.org/0000-0002-4240-9707/> Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar os efeitos de sentidos sobre trabalho produzidos por mulheres provenientes das classes médias que exercem atividades formais e remuneradas. Cinco mulheres cisgêneras com renda individual entre quatro e doze salários mínimos foram entrevistadas e os dados foram analisados a partir da análise do discurso de linha francesa de Michel Pêcheux. Os principais resultados destacaram: o trabalho significado como acúmulo de capital para o consumo e as atividades exercidas por mulheres associadas à sororidade. Compreende-se que a dominação da ideologia capitalista meritocrática reproduz, através de práticas discursivas normatizadoras de gênero, numa perspectiva tradicionalista e moralmente conservadora, a manutenção de desigualdades sociais, a exploração econômica e a dominação política.

Palavras-chave: Trabalho, Gênero, Feminino

Gender and ideology in middle-classes women's discourse on work

Abstract

The aim of this study was to investigate the effects of meanings about work produced by middle-class women who perform paid work. Five cisgender Brazilian women with an individual income between four and twelve minimum wages were interviewed and the data were analyzed from Michel Pêcheux's French Discourse Analysis. The main results highlighted: work meant as accumulation and these activities performed by women are associated with sorority. It is understood that the domination of meritocratic capitalist ideology reproduces, through gender normative discursive practices, the maintenance of social inequalities, economic exploitation, and political domination.

Submissão: 27/09/2024

Aceite: 24/04/2025

Editora Responsável: Eder Ahmad Charaf Eddine

Editora de Leitura: Eloisa Valéria da Silva

Editora Administrativa: Janaína Vilares da Silva

Como citar este artigo: Corrêa, G. B. & De Tilio, R.. (2025). Gênero e ideologia no discurso de mulheres das classes médias sobre trabalho. *Trabalho (En)Cena*. 10 (contínuo), e025019. 01-22. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e025019>

Keywords: Work, Gender, Feminine

O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal remunerado (atividades com respaldo dos direitos trabalhistas individuais e coletivos em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas) acontece gradativa e diariamente desde as últimas décadas, cuja inserção se mostra um processo contínuo, reflexo também da maior participação das mulheres nos espaços escolares e para além dos tradicionais ambientes domésticos (Cezar, 2008). Essa reconfiguração questiona a tradicional divisão sexual do trabalho segundo a qual, através de relações de poder e de hierarquia, ocupações e atividades consideradas masculinas são socialmente valorizadas enquanto que as atividades das mulheres não são. Dessa forma, os afazeres domésticos, de cuidado e de educação comumente atribuídos às mulheres, muitas vezes são realizados sem o devido reconhecimento e sem pagamentos, ou são realizados de maneira informal com remuneração, mas sem regulamentação ou sem direitos (Garcia & Marcondes, 2022).

Entre 1960 e 2010, a incorporação feminina à população economicamente ativa (PEA) quase quadruplicou, movimento iniciado a partir das lutas dos movimentos feministas (e dos direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores) e da mercantilização do trabalho feminino (isto é, tornar o trabalho das mulheres rentável a partir de pagamento de salários) (Guimarães et al., 2016). Dados da PNAD Contínua (IPEA, 2021) demonstraram que no segundo trimestre de 2021, embora a taxa de desemprego entre as mulheres fosse maior que a de homens, elas tiveram destaque na expansão da ocupação de postos de trabalho formais. Mesmo assim, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho (pessoas em idade de trabalhar, trabalhando ou procurando/disponíveis trabalhos) era menor do que a dos homens (54% e 73%, respectivamente), decorrência de dois fatores: a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio e o maior envolvimento no trabalho informal ou no não remunerado (como os cuidados domésticos) (IBGE, 2021).

O reconhecimento dessas mudanças no trabalho formal se dá não só destacando os avanços importantes e a diversificação de oportunidades para as mulheres, mas evidencia principalmente as dificuldades na relação e na história das mulheres com as atividades laborais. Isso demonstra, muitas vezes, que a inserção no mercado de trabalho formal não corresponde à libertação do patriarcado, à real autonomia e à diminuição das desigualdades sociais (Feitosa & Albuquerque, 2019; Siqueira & Bussinguer, 2020). Exemplo disso é que apesar de a porcentagem na população geral de mulheres com ensino superior completo (24,3%) ser maior

do que a dos homens (14,6%), o rendimento salarial das mulheres é, em média, 24,4% menor que a dos homens (Castro & Stamm, 2017; IBGE, 2018). Com o objetivo de promover a igualdade salarial, uma lei foi sancionada em julho de 2023 estabelecendo critérios remuneratórios equitativos entre homens e mulheres que desempenham atividades similares ou que desempenhem a mesma função (Brasil, 2023).

Os movimentos feministas modernos têm suas origens associadas à Revolução Francesa, quando foram fortemente exigidas liberdade e igualdade entre os cidadãos independentemente do seu sexo ou gênero; no entanto, é sabido que os movimentos de reivindicação por igualdade já aconteciam, por exemplo, na América Latina e mesmo antes da ascensão do capitalismo (Federici, 2004; Siqueira & Bussinger, 2020). A denominada primeira onda do feminismo ocorrida entre o fim do século XIX e começo do século XX reivindicava a retirada das mulheres do espaço privado e sua inclusão no espaço público por meio dos direitos ao voto, educação e trabalho formalizado. Não diferente da Europa, no Brasil aquele momento atingiu mais as mulheres das classes economicamente favorecidas que poderiam se dedicar exclusivamente aos cuidados do lar e de seus filhos, sem muitos reflexos para as mulheres que já viviam do trabalho remunerado, mas não regulamentado (informalidade) que posteriormente deram maior impuxo ao movimento feminista visando a busca pela regulamentação do trabalho feminino (Siqueira & Bussinger, 2020; Telles, 1999).

Assim, a primeira onda dos movimentos feministas modernos pretendia a igualdade de direitos entre homens e mulheres, perspectiva alterada na denominada segunda onda (décadas de 1960 a 1980) que destacava não apenas as diferenças entre as classes sociais, mas também as de sexos, gêneros e raças/etnias, pois as trabalhadoras são mais exploradas (e mais as negras do que as brancas) que os homens trabalhadores. Tais práticas reforçavam a desigualdade entre os grupos sociais e impediam e ainda impedem a efetivação dos direitos individuais e coletivos. Foi na década de 1980 no Brasil que as demandas das mulheres negras passaram a integrar os movimentos feministas, possibilitando que as reivindicações não ficassem restritas às mulheres brancas, principalmente as das classes médias e altas (Siqueira & Bussinger, 2020).

Não obstante, os tradicionalismos e conservadorismos de gênero serviram de freios para a plena inserção das mulheres na esfera do trabalho formal (havendo barreiras em seus cargos, funções e na ascensão de carreira) e informal (naturalizando as atividades exercidas nos espaços domésticos sem garantias de direitos); assim, as normatizações binárias dos gêneros (homem ou mulher) possuem seus fundamentos na suposição da complementaridade entre esses dois gêneros que devem desempenhar funções distintas em um sistema supostamente justo e equilibrado (Feitosa & Albuquerque, 2019). Essas normatizações são justificadas a partir dos

estereótipos de gêneros, fenômeno que ampara a posição de determinados grupos e as atitudes que lhes são atribuídas no sistema social: os homens/masculinidades são considerados naturalmente dominantes e associados às posições de poder, enquanto que as mulheres/feminilidades são consideradas naturalmente submissas e desvalorizadas (Bourdieu, 2012).

Dessa forma, atividades consideradas naturalmente femininas são invisibilizadas e desprestigiadas, como demonstram os dados do IBGE (2018): mulheres dedicam 73% mais que os homens suas horas de trabalho aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, e entre as trabalhadoras formais 28,2% estão em ocupações de tempo parcial (para os homens esse percentual é de 14,1%), isto é, de até 30 horas semanais (enquanto que pela CLT a jornada de trabalho integral é de 44 horas semanais). Essa dupla jornada (trabalho remunerado formal ou informal e trabalho doméstico não-remunerado) ou tripla jornada (os dois anteriores mais estudos) gera consequências psicológicas e sociais, independentemente de haver ou não adesão individualizada a esse esquema (Brunelli, 2016; Mota-Santos et al., 2021). Labiack et al (2023) mostraram que as mulheres enfrentam maior “carga mental” (acúmulo de responsabilidades no planejamento, gerenciamento e execução de tarefas domésticas somadas à exaustão) quando comparada aos homens; segundo as autoras, isso se deve por causa das normas culturais de gênero que impõe responsabilidades desproporcionais aos cuidados domésticos, familiares e profissionais, gerando problemas de saúde física, mental e social.

Como proposto pela Análise do Discurso (AD) de linha francesa o sujeito é interpelado pela ideologia que deixa suas marcas através da sua relação com as condições materiais de existência - como é o trabalho, sendo possível apreendê-la nos movimentos discursivos que articulam história, sujeito e língua (Pêcheux, 2014). A AD tem como filiações teóricas a linguística (a não-transparência da linguagem e seu caráter de acontecimento), a psicanálise (sujeito marcado pelo inconsciente) e o materialismo histórico (luta de classes como motor da história) (Pêcheux & Fuchs, 2009). O processo de (re)produção e de transformação dos discursos – conceituados na AD como sendo os efeitos de sentidos entre os interlocutores (Orlandi, 2020) – se baseia no princípio da luta de classes que disputa a dominação ideológica. Dessa forma, mesmo havendo várias ideologias agindo, por exemplo, nos discursos sobre gênero, apenas uma delas é a dominante (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014).

A luta de classes, segundo o materialismo histórico, de maneira geral pode ser compreendida como o conjunto das disputas entre os trabalhadores (que vendem sua força de trabalho) e os donos dos meios de produção que, devido aos seus privilégios (e violências) garantem a dominação econômica e ideológica de manutenção do status quo (Althusser, 1998;

Bottomore, 2001). No entanto, para Cardoso e Préteceille (2017) há camadas intermediárias e transitórias que complexificam os limites das classes sociais – as classes médias, que são classes que vivem do trabalho. Ainda para esses autores, nas últimas décadas houve uma mobilização social expressiva de ascensão das classes médias como resultado do desenvolvimento capitalista mundial em países que estão na periferia do sistema e, no Brasil, o surgimento da “nova classe média” foi mobilizado sob a прédica de retirar pessoas de situação de pobreza. Conceitualmente, as classes médias são formadas por grupos diversos agrupamentos de complexa classificação que fazem parte das classes trabalhadoras, mas nem sempre se reconhecem quanto tal devido às suas rendas e estilos de consumo que são mais elevados quando comparados aos tradicionais trabalhadores “operários” das classes empobrecidas, criando uma (falsa) percepção que participam das elites (Cardoso & Préteceille, 2017). Ademais, as classes médias têm sido alvo de interesses por reiterarem elementos conservadores e tradicionais do ponto de vista da moral sexual e de gênero que supostamente garantiriam sua adesão aos valores compartilhados com as elites ou com os donos dos meios de produção (Souza, 2018).

Não à toa, no Brasil há um alto índice de feminicídio (a cada 15 horas uma mulher é morta em razão de seu gênero, majoritariamente pelas mãos de parceiros ou ex-parceiros) e de desigualdades de gênero (Senado Federal, 2024). Isso ocorre devido a um sistema violento que justifica as posições de desvantagens das mulheres a partir das normatizações tradicionalistas de gênero, família (ocupação do espaço doméstico) e trabalho (ocupação do espaço público) (IPEA, 2024). Na luta pela igualdade material e pela justiça social entre os sujeitos, a Análise do Discurso torna possível compreender a constituição de tais normatizações e como elas se materializam nos discursos.

Considerando a importância de compreender os temas expostos e suas consequências, o objetivo deste estudo foi investigar os efeitos de sentidos sobre trabalho produzidos por mulheres provenientes das classes médias que exercem atividades formais e remuneradas.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo de amostra por conveniência, ou seja, feito a partir das redes de contatos pessoais e profissionais dos pesquisadores. Foram selecionadas participantes que demonstraram interesse e se enquadram nos seguintes critérios de inclusão: identificar-se como mulher cisgênera e ter renda individual entre R\$ 4.848,00 e R\$ 12.120,00 (correspondendo a quatro a doze salários-mínimos).

A escolha de mulheres cisgêneras foi feita como forma de circunscrever a discussão a partir dos esquemas da cisgeneridade, isto é, a correspondência entre o corpo (sexo) de uma pessoa e a forma como ela se autodesigna e é tratada socialmente (gênero), sendo isso naturalizado por meio dos discursos médicos, jurídicos e políticos; mulheres cisgêneras são aquelas que foram designadas no nascimento como mulheres com base em suas características corporais e que se identificam com essa designação (Fuchs et al., 2021).

Quanto à renda salarial, os valores adotados seguiram as estimativas da ABEP de renda familiar mensal baseados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: entre R\$ 5.721,72 (B2) e R\$ 10.788,56 (B1) para as classes intermediárias (médias) que antecedem o ponto mais elevado da estratificação social (classe A). Para ampliar a possibilidade de coleta de dados e otimizar o processo de seleção das participantes, adotou-se nesse estudo o parâmetro da faixa salarial que mais se aproximou das classes B1 e B2 (estratos médios), isto é, pessoas com rendimentos salariais entre R\$ 4.848,00 e R\$ 12.120,00 (quatro a doze salários mínimos).

Participaram do estudo cinco mulheres com idades entre 29 e 47 anos autodeclaradas brancas. Foi possível observar grau elevado de escolaridade, visto que todas possuíam pelo menos graduação completa e mais da metade possuía formação pós-graduada. Na Tabela 1 são apresentados alguns dados sociodemográficos das participantes, identificadas com nomes fictícios:

Tabela 1

Dados sociodemográficos das participantes

Nome	Profissão	Regime de trabalho	Formação	Renda individual	Renda familiar	Dependentes da renda familiar
Rita	Advogada e psicóloga	Servidora pública e autônoma	Graduação	R\$8.000	R\$8.000	Apenas ela
Geni	Professora de ensino superior	Servidora pública	Mestrado	R\$7.000	R\$7.000	Ela e uma criança
Maria	Analista de comunicação	CLT	Graduação	R\$6.000	R\$8.000	Ela e uma adolescente
Bertha	Psicóloga	Pessoa jurídica	Graduação	R\$11.000	R\$18.000	Ela e um adulto
Mafalda	Professora de ensino superior	Servidora pública	Doutorado	R\$10.000	R\$30.000	Ela e um adulto

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada presencial ou online, conforme acordado entre participantes e pesquisadores. O número de participantes foi determinado considerando a quantidade máxima viável de coleta de dados e o tempo disponível para conduzir o estudo. As entrevistas foram gravadas e suas respectivas transcrições estão arquivadas (pelo período mínimo de cinco anos) no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros (LEPESEGE) da UFTM. Todos os preceitos éticos em pesquisa com seres humanos foram respeitados e essa pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da universidade de origem dos pesquisadores – CAAE 55373222.6.0000.5154 na Plataforma Brasil.

Os dados coletados foram analisados a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa de Michel Pêcheux que permite compreender a produção dos discursos (efeitos de sentidos produzidos entre interlocutores – Orlandi, 2020) e como a ideologia se materializa no discurso (Pêcheux, 2014). A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos seus sentidos, pois é através dela que os sentidos são (re)produzidos, colocando o sujeito em relação imaginária com as suas condições materiais de existência; em outras palavras: há a suposição por parte dos sujeitos de serem autônomos nas suas produções de sentidos quando, na realidade, eles são constituídos a partir das suas condições reais de existência que lhe são anteriores e exteriores (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014). Outra maneira de dizer isso é: um dos efeitos da ideologia é produzir, pela interpelação, alienação dos sujeitos, não permitindo que adquiram plena consciência da luta de classes e das suas condições de constituição (Althusser, 1998).

Para compreender os sentidos dos discursos, eles devem ser relacionados com a sua exterioridade que interpela os sujeitos por meio das construções simbólicas, políticas e culturais (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014). Dessa forma, a AD tem como função compreender as especificidades da produção dos discursos, reconhecer suas regularidades produtivas e de efeitos e seus modos de funcionamento, bem como suas possibilidades de transformação (Fernandes & Vinhas, 2019). Como forma de organizar o percurso de análise foram adotadas as seguintes etapas, conforme proposto por Gomes (2007; 2015):

1 - Passagem da superfície linguística para o objeto discursivo

Para preparar a constituição do corpus do arquivo a ser analisado foi feita a transcrição integral das entrevistas, permitindo a estabelecimento de sequências discursivas (segmentação dos trechos das entrevistas) (Orlandi, 1984; Schneiders, 2014). O desenvolvimento da análise foi feito a partir do proposto por Orlandi (2020), que envolve os gestos de interpretação por

parte dos analistas do discurso sobre o arquivo (no caso, as entrevistas) a partir da mobilização dos conceitos da AD estabelecidos por Pêcheux (2014): condições de produção de sentido (envolvendo os sujeitos e a situação do contexto imediato da enunciação do discurso e o contexto sócio-histórico e ideológico, demonstrando a relação entre o que é dito e a posição ocupada/relação entre sujeito do discurso e exterioridade), paráfrase (diferentes formulações para o mesmo dizer), interdiscurso ou memória discursiva (que identifica o sentido em sua historicidade e sua significância frente aos posicionamentos políticos e ideológicos, pois só é possível significar algo que já foi dito e que disponibiliza sentidos pré-construídos), Esquecimento Número Um (esquecimento ideológico, que é da instância do inconsciente e resulta no modo como o sujeito é afetado pela ideologia) e antecipação imaginária (o sujeito antecipa-se ao seu interlocutor na argumentação; destaca-se que o próprio analista sendo também um sujeito, não ocupa lugar de neutralidade na análise e está envolvido na interpretação, sendo seu papel descrever a relação do discurso de interesse com a memória e a história).

Com a utilização desse dispositivo analítico é possível compreender os mecanismos de produção dos sentidos dos/nos discursos. No total, após as transcrições, foram segmentadas 74 sequências discursivas que mostraram potencialidade de responder ao objetivo da pesquisa e, dentre elas, foram selecionadas 12 sequências discursivas apresentadas nesse estudo que foram escolhidas por serem os recortes mais emblemáticos para ilustrar as regionalizações e regularidades dos sentidos no discurso – as Formações Discursivas (FD). Para Pêcheux (2014) as formações discursivas referem-se àquilo que a partir de uma posição específica dentro de um contexto sócio-histórico determinado, estabelece o que pode e deve ser dito; é importante destacar que os sentidos das palavras várias de acordo com a posição discursiva daqueles que as utilizam e através das formações discursivas é possível compreender o processo de produção de significados e sua relação com a ideologia, além de oferecer a oportunidade de identificar regularidades no funcionamento do discurso.

A passagem da materialidade linguística, isto é, os trechos das falas das participantes, para o objeto discursivo (essas segmentações após mobilização dos conceitos da AD) é feita a partir do momento em que se comprehende que tais discursos não são produzidos somente pelos sujeitos individualizados, mas são constituídos pela ideologia e pela história (Courtine, 1981; Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014). Essa primeira etapa da análise será demonstrada na sessão Resultados.

2 - Passagem do objeto discursivo para o processo discursivo

Com as FD estabelecidas na etapa anterior, esse momento do processo analítico interroga sobre a origem comum entre elas – exposto na seção Discussão. Apesar de reconhecer a presença de várias ideologias numa mesma sociedade, a AD argumenta que apenas uma delas é a dominante para as distintas FD, uma vez que na sociedade capitalista acontece o processo de hegemonia a partir da qual os valores das classes dominantes tornam-se universais (Chauí, 2012). O foco nessa etapa é relacionar as FD com a ideologia dominante (Gomes, 2007; Pêcheux, 2014). As Formações Ideológicas (FI) dizem respeito às posições de classe social – ou de gênero, ou de raça etc. – em conflito umas com as outras e que disputam a hegemonia na produção e na regularidade dos sentidos. Isso se dá porque a interpelação do indivíduo enquanto sujeito ideológico (assujeitamento) se concretiza no interior de uma FD, e é a partir desse assujeitamento que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais (Courtine, 1981; Pêcheux, 2014).

Resultados

Nesta sessão serão apresentadas as 12 sequências discursivas elegidas que foram organizadas (devido às suas aproximações semânticas) em duas Formações Discursivas. A primeira Formação Discursiva (FD1) aborda o trabalho como um meio de acumulação de capital para o consumo, ilustradas pelas sequências discursivas 1 a 6 segmentadas do arquivo/corpus das entrevistas. A segunda Formação Discursiva (FD2) explora o trabalho realizado por mulheres caracterizado pela sororidade, ilustradas pelas sequências discursivas 7 a 12.

As sequências discursivas (SD) são provenientes de Formações Discursivas (FD), possibilitando compreender tanto as regularidades dos discursos quanto às posições ideológicas que afetam os sujeitos (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014). Nas sequências discursivas 1, 2 e 3 os sentidos do trabalho ficam estritamente relacionados à remuneração (pagamento pelo trabalho executado), compondo a Formação Discursiva 1 (FD1), através da repetição no discurso do que é trabalho “de verdade” e a comparação com o que não é trabalho. Exemplo disso é uma das respostas (à pergunta “como foi a sua trajetória no trabalho?”) de uma participante:

SD1 – Tive a oportunidade de sempre estudar e não ter essa atividade estudo e trabalho paralelo, eu só trabalhei realmente depois que eu estava... que sai de um mestrado, na verdade (Mafalda)

O uso do termo “realmente” na SD1 remete ao que é efetivo e de verdade e, por extensão, àquilo que não é trabalho, dando continuidade quando comparado ao mestrado (significado como estudo), incluindo no efeito de sentido que as atividades de estudos e pesquisa não são consideradas trabalho. Esse mesmo aspecto é evidenciado quanto às atividades domésticas, como pode se ver a seguir (resposta à pergunta “como são organizadas e quem executa as tarefas domésticas da sua casa” e “o que é ser uma mulher trabalhadora”, respectivamente):

SD2 – Então, eu tomava conta dessas questões de trabalho e ela [companheira] auxiliava todo o resto para eu conseguir trabalhar. É... mas a dinâmica foi mudando porque ela [companheira] passou a trabalhar também (Bertha)

SD3 – Participante: Nenhuma das mulheres da minha casa ficaram em casa, assim... então, todo mundo foi educado e criado para trabalhar, ninguém foi criado para ser dona de casa (Bertha)

O uso do termo “auxiliava” remete à ajuda e assistência, diferenciando-se da palavra “trabalho” através de uma relação de sentido entre o que é mais e menos valorizado, identificando o não-trabalho como “resto”. Esse sentido é fortalecido quando se diz “começou a trabalhar também”, ou seja, não trabalhava antes, quando a participante se refere a sua companheira ter começado a exercer atividades remuneradas fora do espaço doméstico. Assim, ocorre a constituição de sentidos através do não dito que compõem o discurso, sendo que as atividades exercidas no espaço doméstico, mas que não são remuneradas, não são significadas como trabalho, sendo a remuneração (recebimento de pagamento) o ponto de diferenciação. O sentido é constituído entre o dito e o não dito a partir e em função do interdiscurso, ou seja, dos sentidos pré estabelecidos (memória discursiva). Isso significa que é o fato de haver um já-dito em outro lugar que possibilita todo o dizer e a compreensão do funcionamento do discurso a partir da sua relação com o sujeito e com a ideologia (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014).

Através da paráfrase (produções discursivas, mas materialmente diferentes que pretendem estabelecer o mesmo sentido) é possível observar o sentido se repetindo de outras formas; ou seja, o mesmo sentido almejado pelos sujeitos pode ser dito/expresso de diversas maneiras, o que está representado nas sequências discursivas 4 e 5 quando as participantes foram indagadas (“como você concebe o significado do trabalho na sua vida?”) sobre a importância do trabalho em suas vidas:

SD 4 – É para eu conseguir viajar, é para eu conseguir ter qualidade de vida, é para eu conseguir sair... trabalho é isso (Rita)

SD 5 – “Ah, vamos comprar uma casa”, “vamos fazer uma viagem”, então, tudo isso é sonho traduzido em dinheiro (Mafalda)

As regularidades dos efeitos de sentido de “trabalho” estão intrinsecamente relacionadas ao recebimento de remuneração e a possibilidade de consumir, o que é reafirmado quando são utilizadas palavras como “conseguir” e “dinheiro”, remetendo à ideia de conquista e de modo de sobrevivência unicamente possibilitadas através desse meio. Isso explicita, segundo Chauí (2012) como as condições prevalecentes são aceitas e justificadas por um processo ideológico que coloca o sujeito em uma relação ilusória com suas condições materiais de existência, isto é, calcada em valores meritocráticos e individualistas, fazendo com que esses valores e sentidos se naturalizem e o sujeito desconheça o funcionamento da estrutura social no sistema de produção capitalista.

Quando inserida a questão do gênero nas entrevistas, ocorreram transformações e reformulações nos sentidos presentes nos discursos. O deslocamento na repetição histórica permite ao sujeito historicizar o dizer, estabelecendo novos sentidos através do equívoco e da falha no discurso proferido (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014). Se até este momento o trabalho foi relacionado à remuneração, quando inserida a questão de gênero e a diferenciação entre os gêneros (homem e mulher) (a pergunta era “o que você poderia me dizer sobre ser uma mulher trabalhadora”), foi-se reformulando outros sentidos sobre o trabalho:

SD6 – A mulher, de modo geral, sempre teria duas... dois trabalhos, né? Que é cuidar da casa, se tiver filhos, se tiver família, é uma responsabilidade muito mais dela do que do homem e o homem consegue se dedicar mais para o trabalho mesmo... [pausa] tipo, para o trabalho remunerado, assim, formal, né? (Rita)

Nesse enunciado é possível observar a repetição de aspectos da FD1: por meio do uso da expressão “trabalho mesmo” reafirma-se o trabalho como atividade que tem remuneração e está inserido no mercado (de trabalho) formal, mas através da pausa e reflexão da participante – sinalizada pelo shifter das reticências – acontece uma reformulação do sentido, ou seja, há a diferenciação entre trabalho remunerado formal e outros tipos de trabalhos que mesmo sem

especificá-los (a suposição é que se trate do trabalho doméstico sem formalização e sem rendimentos exercido pelas mulheres), contudo, reafirma suas existências. É esse mecanismo que para Orlandi (2020) faz com que o sujeito se constitua na relação com a linguagem, produzindo evidências para além daquelas produzidas pela ideologia - ou seja, a possibilidade de estabelecer o (sentido) novo diante da repetição. Garcia e Souza (2015) afirmam que o sujeito acaba por desidentificar-se com uma determinada Formação Discursiva para identificar-se com outra, demonstrando o caráter não só de percurso, mas também de movimentação da produção dos discursos. Além disso, o uso do “né?” sinaliza a antecipação imaginária, uma das formações imaginárias do discurso, pois supõe a concordância do receptor (Orlandi, 2020).

É possível observar as condições imediatas de produção do discurso e os efeitos pretendidos, ou seja, aqueles que o enunciador (participante) busca produzir junto ao seu destinatário (entrevistadora), acabando por produzir novos sentidos sobre a mesma questão, mas agora atravessada pelo gênero; isso pode ser visualizado quando Mafalda responde (a pergunta é “o que você poderia me dizer sobre ser homem trabalhador?”) sobre a diferença entre as vivências de homens e mulheres, introduzindo a Formação Discursiva 2, segundo a qual o trabalho executado por mulheres foi associado à sororidade (suposição de haver um compromisso de empatia e de companheirismo entre as mulheres):

SD7 – É tudo mais fácil, entendeu? Se tivesse uma vaga de um concurso, sei lá, lá em São Paulo. São Paulo, aí você vai chegar na maior cidade da América Latina, você vai sozinha? Entendeu? Uma mulher pensaria duas vezes, ela ia pensar duzentas coisas que ia acontecer até ela falar “eu vou lá”, não é? Ou ela ter uma rede de apoio, colegas que poderiam receber ela, alguma coisa assim. O homem simplesmente vai (Mafalda)

O uso de “você”, “entendeu?” e de “não é?” sinalizam questionamentos retóricos e antecipações imaginárias que têm como objetivo a própria modalização dos sentidos do discurso dirigidos para outra mulher (entrevistadora), demonstrando que os discursos sobre o trabalho das mulheres se direcionam para a sororidade, isto é, a suposição de existir uma relação de união e de proximidade afetiva patrocinada pelos mesmos ideais e propósitos de cariz feminista. A construção de sentido no discurso sobre sororidade constitui, portanto, a Formação Discursiva 2, ilustrada também pela sequência discursiva 8 na qual a participante Maria se refere à necessidade de se ausentar do trabalho para cuidar dos filhos que adoecem, e pela SD9 quando Mafalda fala sobre o que é ser mulher trabalhadora (ambas diante da pergunta “e o que você poderia me dizer sobre ser mulher trabalhadora?”):

SD8 – Nessa época eram mulheres que trabalhavam comigo e que entendiam muito bem também, porque quando você tá trabalhando só com homens, eu acredito que seja mais difícil de eles entenderem essa parte nossa (Maria)

SD9 – Acho que as dificuldades são maiores porque, eu por exemplo não tenho filhos, então não sei dizer como é, mas lógico que é... [pensa] eu não posso negar o que eu vejo. Então, por exemplo, minha irmã, minha cunhada, minha mãe, as minhas colegas que têm filhos, como tudo é mais, eu acho, desgastante (Mafalda)

Na sequência discursiva 8 Maria retoma de forma direta no discurso o termo “parte nossa”, se referindo às mulheres e, portanto, estabelecendo o reconhecimento entre pares diante das determinações sociais, no caso, a suposição de que as mulheres são responsáveis pelos cuidados dos filhos. Através da descrição da situação, a participante também resgata tanto o sentido de não compreensão por parte dos homens das experiências das mulheres quanto o sentido de compartilhamento de situações entre as mulheres, evidenciando o sentido de irmandade própria da sororidade (FD2). Na sequência discursiva 9, Mafalda também fez referência a aspectos da Formação Discursiva 2 quando ao se referir sobre as dificuldades de ser mulher trabalhadora, porém, não construiu o sentido do discurso de acordo com sua vivência individualizada de mulher não-mãe, mas a partir dos impactos da maternidade nos trabalhos formalizados das mulheres (coletividade) enquanto fator impactante.

A circulação do termo “sororidade”, assim como a popularização desta expressão, acontece em grande volume nos meios midiáticos, o que indica que seu sentido e uso tem ultrapassado os espaços de militância feminista (Leal, 2020). Considerando o elevado nível de escolaridade e de acesso à informação das participantes, é possível perceber que foram acionados nos discursos aspectos específicos das condições de produção dos sentidos, isto é, os significados sendo compreendidos a partir de seus contextos – o que na sequência discursiva 10 (resposta à pergunta “qual é a sua realidade e a sua expectativa com o trabalho que você tem atualmente”) corresponde ao lugar de uma servidora pública da educação e na sequência discursiva 11 (resposta à pergunta “como foi sua trajetória no trabalho”) corresponde ao lugar de uma profissional do sistema privado da educação:

SD10 – Ah, bom... é... a gente fica, quando a gente tá numa que é um emprego que você fez um concurso, é... você sabe... a gente sabe que tem uma... no momento, assim, talvez

político do país, tenha algumas inseguranças, mas é... eu me sinto segura em relação ao emprego... eu não sei quais vão ser os rumos que a gente vai tomar, né... [risos] a partir dessas eleições que a gente vai ter (Mafalda)

SD11 – Venho de uma escolha como professora de inglês há... desde 1997 após o meu intercâmbio nos Estados Unidos (Geni)

Na sequência discursiva 10 o contexto se refere à estabilidade financeira e segurança no trabalho (estabilidade) que somados a um contexto educacional, são fatores facilitadores para o desenvolvimento de estudos e acesso à informação, inclusive sobre as questões de gênero. Da mesma maneira, na sequência discursiva 11 o uso da expressão “eu venho de uma escolha” implica na suposição de o trabalho ser uma opção consciente resultante de um planejamento de carreira, ou seja, uma expectativa de possibilidade de progresso dentre uma diversidade de opções, estabelecendo relações menos vulneráveis e mais seguras com o trabalho.

Ainda sobre as condições de produção, a sequência discursiva 12 corresponde a um sujeito do discurso que imaginariamente tem amplo acesso às discussões sobre direitos coletivos e políticas públicas – mas que devido à instância do inconsciente – ao mesmo tempo mantém a ilusão de ser a origem do que diz quando, na verdade, retoma sentidos pré-existentes (interdiscurso ou memória discursiva) para sustentar o discurso e a significação da realidade de uma servidora pública da educação; diante da pergunta (“há algo mais que você gostaria de acrescentar ao que foi perguntado”) a resposta foi:

SD12 – Eu problematizo muito a questão de... da mulher, né, não ser... não obter certos direitos dentro de uma instituição [...] na universidade eu não tenho direito nenhum a creche, né, não existe creche. Então tipo assim “você se vira”, é tipo isso, entendeu? Não há um direito coletivo (Geni)

Quando a participante relata “você se vira” como exemplificação de uma ideia em contraponto à defesa dos direitos coletivos, no seu discurso são retomados sentidos associados à livre iniciativa e à diminuição do papel do Estado sobre as demandas sociais e que correspondem às ideologias neoliberais contemporâneas (Safatle, 2020).

Embora os sentidos se realizem nos e pelos sujeitos, eles são determinados pelas maneiras pelas quais os sujeitos se inscrevem na história a partir de memórias de sentidos (interdiscurso) e de espaços de regularização e de regionalização dos sentidos (formações

discursivas) (Orlandi, 2020; Pêcheux, 2014). Assim, na disputa ideológica inscrita no momento político e no contexto sócio-histórico do Brasil contemporâneo (marcado pela polarização política que antecedeu as eleições presidenciais de 2022), prevalece na SD12 a problematização sobre o Estado de bem-estar social, explicitando o caráter de não neutralidade do discurso.

Discussão

Foram destacadas duas Formações Discursivas, sendo elas: o trabalho significado como acúmulo de capital para o consumo (FD1) e o trabalho exercido por mulheres associado à sororidade (FD2). A Análise do Discurso reconhece a presença de várias ideologias na constituição dos sentidos dos discursos, no entanto, ela entende que somente uma delas, a ideologia dominante, se apresenta como eixo organizador principal para as diversas Formações Discursivas, sendo, portanto, sua origem comum (Pêcheux, 2014). A partir desse momento da análise, a proposta é compreender as relações entre as Formações Discursivas e a ideologia subjacente que permeia as formas de agir e pensar dos sujeitos e da organização social.

Na Formação Discursiva 1 o trabalho foi significado como acúmulo de capital para o consumo, retomando diversos sentidos construídos a partir da ideologia capitalista neoliberal. No discurso das participantes o trabalho é significado como aquela atividade em que há capacidade de ser útil enquanto venda e geração de riquezas, isto é, a força de trabalho vendida em troca de remuneração. A noção de acumulação de riquezas aparece quando a remuneração é associada à meritocracia, isto é, o trabalho como meio e função de conquistar bens. Sendo a subjetividade afetada pelas dimensões histórica (condições reais de existência) e psicológica (a incidência do inconsciente), é preciso compreendê-la por intermédio da sua historicidade: a acumulação de bens e a geração de riquezas para o consumo – sustentada pela exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores, mesmo que este fato seja esquecido pelos sujeitos em decorrência da alienação resultante dos mecanismos ideológicos (Chauí, 2012). A alienação resultante da separação entre trabalhadores e detentores dos meios de produção, processo que permanece através da ideologia, também é um dos fatores fundamentais para a ascensão e fortalecimento do capitalismo (Bottomore, 2001).

A alienação corresponde à ação por intermédio da qual o sujeito, grupo ou instituição se tornam ou permanecem alheios aos resultados de suas ações e, justamente devido a isso, não se reconhecem pertencentes a sua classe social real adesão (Bottomore, 2001); em outras palavras: as trabalhadoras e trabalhadores das classes médias não se reconhecessem nem como dominados e explorados nem como sujeitos pertencentes às classes que vivem do trabalho (e,

por isso, estão em relações de dominação e exploração), mas imaginariamente se identificam como livres e autônomos. A interpelação do indivíduo (ente a-histórico) em sujeito ideológico (assujeitamento histórico), segundo Pêcheux (2014), se concretiza no interior de uma Formação Discursiva – no caso, pelo trabalho enquanto possibilidade de acúmulo.

O discurso demonstra o processo de alienação, uma vez que é através, no caso, das práticas discursivas que é reproduzida a ideologia dominante à qual indivíduos são/estão assujeitados, nesse caso representada pela Formação Ideológica da meritocracia e do individualismo, cuja recompensa será obtida por meio da livre iniciativa pessoal e da autodeterminação. Para Cavalcanti (2018), a própria dinâmica de crescimento de sistema de produção capitalista fez aumentar esse setor ou classe média de trabalhadores que no geral não se reconhecem enquanto classe trabalhadora que vende sua força de trabalho, mas que se identificam como classe dominadora que supostamente detém os meios de produção por terem estilos e possibilidades de consumo diferentes das classes empobrecidas tradicionais. Tendo isso em vista, através dos processos de alienação, historicamente as classes médias se tornam úteis para fortalecer a ideologia dominante que naturaliza sua suposta posição superior ao proletariado (Chauí, 2012).

Segundo Safatle (2020) não à toa é possível observar as classes médias reproduzindo discursos de recuperação de valores tradicionais de família (vida privada) ou de moralização política (vida pública) visando sustentar uma suposta dominação ou a manutenção de privilégios, ao mesmo tempo que ocultam o caráter da exploração, da dominação e da própria gestão dos sofrimentos psíquicos ao qual estão submetidos. Assim, questões sociais e políticas são imbuídas no discurso enquanto aspectos individuais a partir da Formação Ideológica da meritocracia e do individualismo.

A Formação Ideológica, a ideologia hegemônica e dominante diz respeito às posições de classe e também as de gênero e de raça, funcionando por intermédio da interpelação ideológica (socialização) que forma as subjetividades. Os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado (leis, forças policiais e de segurança, religiões, famílias, escolas, etc.) são os meios a partir dos quais a disputa ideológica acontece e a ideologia dominante é reproduzida (Althusser, 1988). Atualmente, tem-se fortalecido os estudos sobre a utilização dos espaços cibernéticos para o fortalecimento dos movimentos feministas através do ativismo digital, mostrando-se também como um espaço de disputa discursiva – e, portanto, ideológica. Além da divulgação de informações sobre igualdade e violências de gênero, sobre a necessidade de ampliação dos direitos e do fortalecimento das redes de apoio entre mulheres, houve a efervescência e maior utilização de termos como “sororidade” (FD2). Esse termo está relacionado à noção de uma

“irmandade” entre as mulheres, associado ao campo dos sentimentos, da moralidade, de uma suposta essência feminina e à exigência de uma postura ético-política de compartilhamento da repulsa diante das desigualdades de/entre os gêneros.

A Formação Discursiva do trabalho exercido por mulheres relacionada à sororidade é compatível com a ideologia dominante a partir da Formação Ideológica (FI) da meritocracia, visto que ela parte da suposição da existência de compreensão entre mulheres das situações vivenciadas em comum e, a partir do sentido da irmandade, se alinha à possibilidade de sucesso coletivo via empenho meritocrático, isto é, do autorreconhecimento e da autodeterminação (Leal, 2020). Sabendo que outras ideologias agem no discurso, é possível perceber a apropriação das normas de gênero pela ideologia meritocrática (Althusser, 1998), especialmente quando as participantes resgatam no discurso o sentido de uma suposta essência da feminilidade associada aos sentimentos de irmandade.

Tal mecanismo discursivo imaginariamente tenta estabelecer uma universalização do feminino, porém, pode conduzir ao ocultamento das condições sociopolíticas e dos modos de produção das quais decorrem a exploração econômica através dessas normas de gênero. Assim, é atribuída às mulheres uma suposta compreensão natural e emocional, porém precisa da realidade, distanciando o caráter político de suas ações e reivindicações, além de ocultar as diferenças de classe e raça que permeiam as diversificadas lutas feministas, como se os determinantes das diferenças sociais fossem similares para todas e quaisquer mulheres.

Considerações Finais

Na Análise do Discurso reconhece-se a presença e a disputa dentre várias ideologias na constituição dos sentidos do/no discurso e dos sujeitos. Nesse estudo foi possível compreender duas Formações Discursivas principais no discurso de mulheres trabalhadoras de classes médias, sendo elas: o trabalho significado como acúmulo de capital para o consumo (FD1) e o trabalho exercido por mulheres associado à sororidade (FD2).

Apesar de várias ideologias possíveis, apenas uma se apresenta como dominante, organizando a regularidade das Formações Discursivas e é a origem comum delas, a denominada Formação Ideológica (FI). Na análise das FD1 e FD2 foi possível perceber a hegemonia sendo exercida pela ideologia capitalista meritocrática e do individualismo. As posições discursivas que estabelecem tais sentidos estão alinhadas com as determinações econômicas e políticas fundamentadas no modo de produção capitalista, perpetuando as relações de desigualdade e de subordinação sem que os sujeitos se apercebam deste fato. O

sujeito enquanto forma histórica, que é ao mesmo tempo livre no dizer, mas submisso à linguagem para que o dizer seja possível, é um efeito dessa estrutura social capitalista.

Esse estudo apresenta limitações quanto à amostra tendo em vista as complexidades (e dificuldades) de definições de classes médias. O critério de decisão de renda individual também se mostrou como limitador para equiparação das participantes, tendo em vista que as rendas familiares são discrepantes.

Contudo, como potencialidades este estudo permite a compreensão de normas de gênero específicas inseridas no contexto do trabalho, considerando aspectos históricos e políticos. Além disso, possibilita a análise crítica das universalizações discursivas (que podem ser compreendidas como antecipações imaginárias), questionando a suposta naturalidade da feminilidade e a posição das classes médias trabalhadoras nos movimentos sociais e políticos contemporâneos. Isso permite questionar modelos e sistemas que sustentam desigualdades e violências, revelando como elas são perpetuadas através de processos discursivos e ideológicos.

Referências

- Althusser, L. (1998). *Aparelhos Ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal
- Associação Brasileira De Empresas De Pesquisa (ABEP). (2021). *Critério da Classificação Econômica Brasil*. <https://www.abep.org/criterio-brasil>.
- Bottomore, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: JZE
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Brasil. (2023). Lei 14.611 de 03 de julho de 2023. *Dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens*. 2023.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14611.htm.
- Brunelli, A. F. (2016). Estereótipos e desigualdades sociais: contribuições da Psicologia Social à Análise do Discurso. *Estudos Linguísticos*, 58 (1).
<https://doi.org/10.20396/cel.v58i1.8646152>.
- Cardoso, A. & Préteceille, E. (2017). Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? *Revista de Ciências Sociais*, 60 (4), 997–1023.
<https://doi.org/10.1590/001152582017140>.
- Castro, B. N. & Stamm, C. (2017). Diferenças salariais de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro: uma análise estatística e econométrica. *Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*.
<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2833>.

- Cavalcanti, S. (2018). Classe média, meritocracia e corrupção. *Crítica Marxista*, 46, 103-125. <https://doi.org/10.53000/cma.v25i46.19122>.
- Cezar, F. G. (2008). O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, 3(7), 13-20. <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/3º-artigo-Frederico-Gonçalves.pdf>.
- Chauí, M. (2012). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense
- Courtine, J. (1981). O conceito de formação discursiva. In: Baronas, R. L. (Org.). *Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Letraria: Araraquara. <https://www.letraria.net/analise-de-discurso-apontamentos/>.
- Federici, S. (2004). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora: Elefante
- Feitosa, Y. S. & Albuquerque, J. S. (2019). *Evolução da mulher no mercado de trabalho*. Business Journal, 1(1). <https://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2019.001.0005>.
- Fernandes, C. & Vinhas, L. L. (2019). Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. *Lingagem em (Dis)curso*, 19(1), 133-151. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190101-DO0119>.
- Fuchs, J. J. B.; Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2021). Psicologia e cismodernidade. *Psicologia & Sociedade*, 33. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>.
- Garcia, B. C. & Marcondes, G. S. (2022). As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. *Revista Brasileira de Estudos da População*, 39. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0204>.
- Garcia, D. A. & Souza, L. M. A. (2015). A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. *Estudos Linguísticos*, 44 (3), 991-1008. <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1032>.
- Gomes, A. M. T. (2007). Do discurso às Formações Ideológica e Imaginária: Análise de discurso segundo Pêcheux e Orlandi. *Revista Enfermagem UERJ*, 15(4), 555-562. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-482263>.
- Gomes, A. M. T. (2015). Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas. *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 3-18. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/17558>.
- Guimarães, N. A.; Brito, M. M. A.; & Barone, L. S. (2016) Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31 (90), 17038. <https://doi.org/10.17666/319017-38/2016>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Estatísticas de gênero: indicadores sociais as mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisa: Informação demográfica e socioeconômica*, 38.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021). Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. *Carta de Conjuntura*, 52.

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210927_cc_52_nota_30_mercado_de_trabalho_set21.pdf.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2024). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

Labiak, F. P., Lacerda, M. C. L. S., & Zwielewski, G. (2023). Influências das construções estereotipadas de gênero na carga mental de trabalho das mulheres. *Revista Trabalho (En)Cena*, 8 (Contínuo), e023027. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e023027>.

Leal, T. (2020). O sentimento que nos faz irmãs: construções discursivas da sororidade em mídias sociais. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 139–164. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27601>.

Mota-Santos, C., Azevedo, A. P. de., & Lima-Souza, É. (2021). A mulher em tripla jornada: discussão sobre a divisão das tarefas em relação ao companheiro. *Revista Gestão & Conexões*, 10(2), 103–121. <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2021.10.2.34558.103-121>.

Orlandi, E. P. (1984). *Recortar ou segmentar?* In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba

Orlandi, E. P. (2020). *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes Editores

Pêcheux, M. (2014). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP

Pêcheux, M. & Fuchs, C. (2009). A propósito de uma análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: Gadet, F. & Hak, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP

Safatle, V. (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: Safatle, V.; Junior, N. S.; Dunker, C. (Orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica

Schneiders, C. M. (2014). Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. *Conexão Letras*, 9 (11). <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55144>

Senado Federal (2024). *Mapa Nacional da violência de gênero*. Brasília: Senado Federal. <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/inicio>.

Siqueira, C. B. & Bussinguer, E. C. A. (2020). As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris*, 9(1), 145-166.
<https://doi.org/10.5585/rtj.v9i1.14977>.

Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. São Paulo, Estação Brasil

Teles, M. A. A. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense

Informações sobre os autores

Giulia Brandão Corrêa

Endereço institucional: Centro de Pesquisas Aluízio Rosa Prata, Rua Vigário Carlos nº 100, sala 525, Bairro Abadia, Uberaba/MG, CEP 38025-350.

E-mail: giuliabcor@gmail.com

Rafael De Tilio

E-mail: rafael.tilio@uftm.edu.br

Contribuição dos Autores	
Autor 1	Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Recursos.
Autor 2	Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Recursos, Supervisão